

PROGRAMA POLÍTICO DO PCB PARA AS ELEIÇÕES 2022

CANDIDATURA DE SOFIA MANZANO A PRESIDENTE E ANTONIO ALVES VICE-PRESIDENTE

Um programa anticapitalista e anti-imperialista para o Brasil

1. O Brasil vive atualmente a maior crise do último meio século – uma crise econômica, social e política, agravada pela crise sanitária que explicitou todas as mazelas do capitalismo brasileiro. Não podemos esquecer ainda que a crise brasileira, apesar de suas singularidades, está inscrita na crise sistêmica do capitalismo mundial, cujos desdobramentos continuarão tendo profundos impactos no nosso país. Essa crise foi agravada por mais de três décadas de políticas “neoliberais”, que reduziram dramaticamente o crescimento econômico, aprofundaram o processo de desindustrialização do país, entregaram o patrimônio público para o capital nacional e internacional, dilapidaram o fundo público em favor das grandes empresas, reduziram direitos e salários dos trabalhadores, juventude e pensionistas, precarizaram as condições de trabalho, concentraram escandalosamente os rendimentos e ampliaram a miséria entre vastos setores da população.

2. Essas políticas socialmente regressivas e antipopulares foram implementadas a mando dos centros imperialistas ocidentais e operadas internamente pelas classes dominantes locais: a oligarquia bancário-financeira, o agronegócio capitalista, os capitais industriais monopolistas e a burguesia comercial e da área de serviços. Em termos econômicos, o resultado desse processo foi o desmonte do parque industrial brasileiro, o aumento da subordinação da economia brasileira na divisão internacional do trabalho – processo que busca limitar o Brasil à sina de uma nação agroexportadora, um grande fazendeiro do agronegócio. Vale ressaltar que, entre os anos 30 e 80 do século passado, o Brasil registrou um crescimento anual médio de mais de 6%, um dos maiores do capitalismo mundial da época. Mas as políticas neoliberais das três últimas décadas reduziram esse patamar de crescimento para medíocres níveis de pouco mais de 2% ao ano.

3. Nos governos sociais-liberais do PT, essa estrutura econômica neoliberal continuou intacta, pois, ao longo de 13 anos de governo, o PT manteve o tripé macroeconômico neoliberal, constituído por metas fiscais, equilíbrio orçamentário, metas de inflação e câmbio flutuante, muito embora tenha desenvolvido algumas políticas de compensação social que, num país tão desigual como o Brasil, tiveram expressivo impacto na redução da pobreza. Mas ainda assim, em termos concretos, podemos dizer que nas três últimas décadas, duas gerações foram condenadas ao trabalho precário, ao trabalho informal, ao desemprego crônico, especialmente os jovens. Os gastos sociais foram reduzidos e os salários não acompanharam o aumento do custo de vida; a maioria da população empobreceu, enquanto o grande capital aumentou sua taxa de lucros e concentrou a riqueza produzida pela classe trabalhadora. Prova disso é que, em plena crise, cresceu o número de bilionários no país, ao mesmo tempo em que grande parte da população passou a viver abaixo da linha de pobreza.

4. Os ataques aos trabalhadores se intensificaram após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, com o governo Temer e, especialmente, sob o governo de Jair Bolsonaro. Nessa ofensiva contra o povo foram realizadas as reformas trabalhistas e da previdência, dezenas de medidas que levaram à devastação das condições de trabalho, à entrega do patrimônio público ao capital nacional e internacional e ao aumento da miséria entre amplas camadas da população. O governo Bolsonaro é a expressão concentrada dos interesses dos banqueiros, dos grandes monopólios industriais, financeiros, comerciais e de serviços, do agronegócio e do imperialismo. Um governo inimigo dos trabalhadores, da educação pública, da ciência, do meio ambiente e, especialmente, um governo que conspira permanentemente contra as

liberdades democráticas, sendo o principal responsável pela tragédia sanitária que matou mais de 660 mil brasileiros.

5. Mesmo enfraquecido pelas contínuas denúncias de corrupção entre seus familiares, aliados e ministros de Estado, pelo aumento da inflação, pela maior taxa de desemprego e informalidade das últimas décadas, pela miséria que obriga os setores mais pobres da população a disputar no lixo ossos de boi e pelancas de carne, o bolsonarismo ainda é perigoso, tanto pela base social que construiu quanto pelo apoio de milicianos, setores militares e de setores da classe dominante. Portanto, esse projeto não pode ser derrotado apenas nas urnas: a luta institucional deve estar atrelada e subordinada à organização da força independente da classe trabalhadora, por meio da combinação dessa luta institucional às lutas de massa nas ruas e nos locais de trabalho, rumo à paralisação da produção e circulação. Nosso entendimento é que só a combinação dessas lutas poderá derrotar o pacto das frações da classe dominante e abrir perspectiva para a construção de um novo rumo para o país, na perspectiva do Poder Popular e do socialismo.

6. É por isso tudo que, nas eleições de 2022, mesmo reconhecendo no bolsonarismo a principal ameaça à classe trabalhadora, o Partido Comunista Brasileiro apresenta de maneira independente seu programa e suas convicções revolucionárias. Não podemos nos contentar com as alternativas políticas reformistas, que propõe a derrota do governo Bolsonaro por meio de um grande pacto de conciliação nacional entre os movimentos populares e os golpistas, entre a classe trabalhadora e seus exploradores. Essa conciliação impossível já mostrou, ao longo de 13 anos de governos petistas, que apenas favorece o acúmulo de forças da burguesia, enquanto desorganiza e desorienta a classe trabalhadora em sua luta política, preparando derrotas cada vez mais catastróficas. Mesmo se conseguir derrotar o bolsonarismo nas urnas, tal política jamais poderá deter os ataques da burguesia à classe trabalhadora, ou desarticular efetivamente as forças reacionárias, e nem mesmo enfrentar a deterioração das condições de vida do povo pobre.

7. Por isso, em meio à luta eleitoral, por meio do lançamento das candidaturas da camarada economista Sofia Manzano a Presidente e do sindicalista Antonio Alves a vice, fazemos de nosso programa uma ferramenta ideológica de luta, que nos arma com uma política capaz de expressar com nitidez os interesses da classe trabalhadora e do povo pobre, exprimindo a luta independente da classe trabalhadora por seus objetivos imediatos e últimos, na luta rumo à conquista do poder político pela organização autônoma dos/as trabalhadores/as. Um programa capaz de disputar corações e mentes e inspirar as lutas – não apenas promessas vazias que barganham com o desespero da massa oprimida e explorada. Defendemos um programa capaz de evidenciar os limites e contradições programáticas das coligações da conciliação de classe, que são a expressão ainda mais rebaixada de políticas que já fracassaram em passado recente e que abriram espaço para a extrema-direita – no momento, principal operador político da burguesia brasileira e do imperialismo – assumir o governo no país. Assim, também nos armamos para enfrentar os programas da direita e da extrema-direita, que são como duas faces de uma moeda falsa, uma vez que são todos favoráveis às políticas neoliberais que destruíram a economia e os direitos e garantias dos trabalhadores.

8. Portanto, faz-se necessária uma alternativa popular/revolucionária centrada na autonomia e independência da classe trabalhadora para tirar o país da crise e avançar nas transformações sociais e políticas no Brasil. Nesse sentido, nosso programa busca articular dois blocos de propostas: um primeiro, contendo reivindicações imediatas da classe trabalhadora na luta contra a ofensiva burguesa; e um segundo, abarcando o conjunto de transformações pelas quais o Partido Comunista Brasileiro pretende desenvolver a economia brasileira no rumo da reorganização socialista da sociedade.

9. O nosso programa emergencial se diferencia dos outros programas, mesmo os ditos de esquerda, porque não busca esconder sua oposição total às exigências programáticas da grande burguesa. Pelo contrário: somos pela revogação de todas as contrarreformas e toda a legislação neoliberal contrária aos interesses dos trabalhadores, da juventude e da população pobre; defendemos uma política que assegure emprego e moradia para todos, com a estatização dos transportes públicos e reestruturação da dívida interna; a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto dos gastos e a criação de uma Lei de Responsabilidade Social, que garanta recursos para investimento público no desenvolvimento do país e nas áreas sociais; a transformação do Banco Central num instrumento financiador das políticas governamentais, tanto econômicas quanto sociais; uma política para acabar com a fome e distribuir a renda, além de uma reforma tributária progressiva que taxe os lucros e dividendos, grandes fortunas e herança, transações financeiras, isentando da cobrança do imposto de renda quem ganha até cinco salários mínimos; além de uma política de recomposição das perdas salariais e valorização do salário mínimo, aliada a uma reforma agrária sob o controle popular e ao combate permanente a todas formas de opressão.

10. Nosso programa de transição revolucionária, por sua vez, defende a convocação de uma Constituinte de Novo Tipo. No que se refere à economia, defendemos a estatização e o controle público do sistema financeiro e dos setores estratégicos da economia, o monopólio do câmbio e do comércio exterior, a socialização dos meios de comunicação, entres outras medidas revolucionárias socialistas. Acreditamos na capacidade dessas transformações estruturais para gerar uma nova dinâmica econômica e social virtuosa, colocando o Brasil num novo patamar de desenvolvimento, com uma economia próspera, democrática e socialmente desenvolvida, sob o controle da maioria trabalhadora do povo.

11. Armados dessas convicções, fazemos dessas eleições um momento fundamental para a elevação do patamar de organização e consciência revolucionária da classe trabalhadora. Com esse programa, mostrando para a população que há uma alternativa para o país, além das propostas enganosas da direita e da extrema-direita e da conciliação de classe. E essa alternativa deve ser levada a todos os trabalhadores, à juventude e ao povo pobre das periferias, de forma que se possa elevar a consciência de classe, ampliar a organização popular, eleger nossos candidatos e preparar a todos para as intensas lutas de classes que ocorrerão no próximo período.

Programa emergencial do PCB:

- 1) **Revogação de todas as contrarreformas neoliberais**, como a previdenciária e a trabalhista, da PEC do teto de gastos, a autonomização do Banco Central, a legalização da terceirização, as privatizações e todas as flexibilizações legais e tributárias em favor dos grandes capitalistas. Revogação de todos os cortes orçamentários nos setores de interesse social. Extinção da DRU (Desvinculação de Receitas da União).
- 2) **Criação da Lei de Responsabilidade Social**, que assegure recursos para educação, saúde, saneamento, programas sociais e investimentos públicos. Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Restrição dos privilégios e vencimentos dos altos mandatários dos poderes civis e militares. Revogação da lei das estatais (13.303/2016), que dificulta a planificação econômica das empresas públicas, submetendo-as à lógica de mercado.
- 3) **Combate ao desemprego**. Redução da jornada de trabalho semanal para 30 horas sem a redução do salário real, com reajuste automático e indexação aos níveis da inflação, para promover a criação de postos de trabalho e melhorar a qualidade de vida das

- trabalhadoras e dos trabalhadores, fomentando ainda um debate nacional sobre a semana de 4 dias de trabalho. Abertura de concursos públicos para provimento das vagas hoje existentes e expansão dos serviços essenciais. Programas de emprego emergenciais, com a criação de frentes de trabalho urbanas e rurais associadas a obras de saneamento, habitação, de reforma de escolas e hospitais, bem como de expansão da malha ferroviária nacional.
- 4) **Acabar com a fome.** Criação de uma rede de restaurantes e mercados populares nos bairros e no centro da cidade como forma de reduzir emergencialmente a fome e o preço dos alimentos, devendo o governo suprir essas instituições mediante a aquisição de grãos, verduras e legumes diretamente do produtor. Serão mantidos e ampliados os programas de auxílio emergencial para os trabalhadores desempregados e precarizados. Congelamento do preço dos itens da cesta básica enquanto durarem os efeitos econômicos da pandemia e da alta inflação.
 - 5) **Reestatização das empresas estratégicas:** Vale, Embraer, CSN, Eletrobras e Petrobras, combinada com uma política de massivos investimentos públicos e ensino técnico de qualidade, para conduzir uma política industrial de ampliação dos setores de tecnologia/informática e telecomunicações, com vistas à criação de empregos. Instituir piso salarial no serviço público federal, vinculado ao salário-mínimo do Dieese.
 - 6) **Reestruturação da dívida interna.** Reestruturar a dívida interna a partir da criação de uma Comissão Especial para analisar todo o processo de constituição da dívida, bem como suspensão do pagamento dos juros pelo período em estiver sendo realizada a investigação. Recuperar as prerrogativas do BNDES como instrumento financiador do governo e supridor das necessidades de liquidez da economia.
 - 7) **Reforma tributária.** Isenção da cobrança do imposto de renda para os trabalhadores que ganham até 5 salários-mínimos. Congelamento das tarifas de eletricidade, saneamento e outros serviços essenciais. Redução da tributação sobre o consumo, com cobrança progressiva de impostos, de acordo com o rendimento de cada contribuinte, além da criação de um imposto especial sobre lucros e dividendos, grandes fortunas, transações financeiras e herança.
 - 8) **Terra e agricultura.** Confisco sem indenização de todas as grandes propriedades fundiárias e utilização para produção de alimentos saudáveis. Regularização imediata dos assentamentos rurais. Demarcação e regularização das terras dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Incentivo à redução do uso de agrotóxicos nas plantações, combinando o apoio à agricultura familiar, o fomento à organização de cooperativas para a produção agroecológica, armazenamento e escoamento de gêneros para alimentação e a produção estatal.
 - 9) **Moradia.** Confisco sem indenização dos imóveis ociosos nos grandes centros urbanos, aliado a um vasto programa de reforma e construção de habitações populares, de forma a superar o déficit habitacional no período de quatro anos.
 - 10) **Saúde Pública.** Expansão do sistema público de saúde, com a reversão das privatizações e revogação dos contratos de todas as OSs no setor, bem como estatização de todo o setor privado de saúde, incluindo a rede de assistência (hospitais, serviços ambulatoriais, de apoio diagnóstico e terapêutico), setores de pesquisa e produção de fármacos, imunobiológicos, hemoderivados e de insumos, indústria de material médico-hospitalar e de equipamentos: só uma saúde 100% pública pode colocar a vida acima dos lucros. Proibição das comunidades terapêuticas e fortalecimento do SUS dentro da perspectiva da luta antimanicomial. Expansão da Fiocruz e do Instituto Butantã para outros estados, com ampliação dos investimentos públicos. Investimento de 10% do PIB na saúde pública.
 - 11) **Educação.** Revogação da Reforma do Ensino Médio e da lei das escolas cívico-militares. Criação de um programa nacional de alimentação escolar para toda a

- educação básica. Fim do vestibular e estatização das instituições de ensino superior. Construção de creches nas universidades públicas federais. Destinação da maioria das vagas das universidades públicas para os alunos de escolas públicas, principalmente os de baixa renda.
- 12) **Cultura.** Resgate da cultura popular e de massas, buscando romper com os interesses dos monopólios dominantes nacionais e internacionais e com a mercantilização da cultura e das artes. Incentivo à criação de espaços culturais nos bairros, como forma de garantir o amplo acesso da população às artes e o surgimento de novos talentos culturais nas regiões populares.
 - 13) **Ciência e tecnologia.** Aumento da dotação orçamentária para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico realizado a partir das universidades, instituições públicas e empresas estatais. Expansão dos programas de bolsas de metrado e doutorado e de apoio à pesquisa, para o atendimento prioritário das demandas da classe trabalhadora, como meio ambiente, desenvolvimento urbano, tecnologias de saúde e produção de medicamentos, estudos sociais, artes, formação de professores/as e outros.
 - 14) **Política de combate às opressões.** O combate permanente a todas as formas de opressão (como o machismo, o racismo, a LGBTfobia) deve realizar-se não apenas em uma dimensão cultural e de valores, mas por meio da efetiva garantia dos direitos e condições dignas de vida desses grupos oprimidos. Também defendemos a manutenção da atual política de cotas raciais, a defesa da liberdade de culto religioso, combate ao preconceito e aos ataques às religiões de matriz africana e o fim do genocídio dos povos indígenas e do povo negro. Além da ampliação da licença-maternidade e paternidade, defendemos a **legalização do aborto**, com garantia de atendimento na rede pública de saúde, bem como políticas públicas que possibilitem a emancipação da mulher dos trabalhos domésticos (creches, refeitórios e lavanderias públicas, por exemplo).
 - 15) **Direitos das pessoas com deficiência.** Campanhas contra o capacitismo, acessíveis e com ampla divulgação nos meios de comunicação de massa. Garantia de letores, intérpretes de Libras e mediadores concursados em todas as escolas e universidades. Implementação de aulas de Libras – Língua Brasileira de Sinais e Libras táteis como disciplina obrigatória nas escolas. Acessibilidade arquitetônica e comunicacional em escolas, universidades, hospitais, centros de lazer e cultura, segundo os princípios do desenho universal. Criação do Programa Nacional do cão-guia, com a construção de centros de treinamento e garantia ao usuário da manutenção da saúde e bem-estar destes animais.
 - 16) **Transportes.** Redução dos preços dos combustíveis e reestatização da Petrobras, utilizando os bancos públicos como o BNDES, Caixa e Banco do Brasil para tal, com o fim imediato da política de Preço de Paridade Internacional (PPI). Expansão da malha metro ferroviária de transporte de passageiros e cargas por todo o país. Passe-livre para estudantes e trabalhadores isentos do imposto de renda (até cinco salários-mínimos). Estatização do setor de transportes coletivos de passageiros, com imediata redução da tarifa ao custo operacional do setor, com a meta de alcançar a tarifa zero. Implementação do transporte público 24 horas nas médias e grandes cidades.
 - 17) **Segurança Pública.** Fim da política de “guerra às drogas”. Descriminalização do uso de drogas, com legalização da maconha a curto prazo. Desmilitarização completa da segurança pública, com unificação das polícias e instituição do ciclo completo junto com a desvinculação das forças de segurança do exército, sob bases curriculares e formativas completamente reestruturadas numa lógica democrática, contribuindo efetivamente para o fim do genocídio da população negra. Revogação completa da lei antiterrorismo (12.850/2013). Implementação da política de cotas raciais em todos os concursos públicos federais e estaduais. Fim imediato das Unidades de Polícia

- Pacificadoras e políticas similares. Adoção das 16 medidas contra o encarceramento em massa do IBCCRIM.
- 18) **Reforma Política.** Fim do Senado e instituição de um Parlamento Unicameral. Para garantir que os representantes eleitos cumpram os programas e reivindicações de quem os elegeu, os mandatos poderão ser revogados pela população, garantindo-se assim uma representação de acordo com os interesses populares. Uma das normas fundamentais do novo Parlamento será a obrigatoriedade da realização de plebiscitos e referendos sobre temas de interesse nacional e popular. Reversão da reforma eleitoral de Eduardo Cunha (Lei 13165/2015 e Emenda Constitucional 91/2016). Fim da cláusula de barreira e do financiamento privado eleitoral.
 - 19) **Justiça, Memória e Verdade.** Julgamento e punição dos responsáveis pelas torturas, assassinatos e outras violências cometidas pelos aparatos de repressão e seus agentes contra o povo brasileiro, desde a Ditadura Civil-Militar até os dias de hoje. Combate ao legado ideológico não apenas da Ditadura Civil-Militar, mas também da escravidão. Abertura total dos arquivos dos órgãos de repressão, preservando a documentação existente e ampliando do acesso ao conhecimento sobre os períodos da escravidão, das ditaduras e sobre o genocídio da população negra e dos povos indígenas ainda em curso.
 - 20) **Política de comunicação.** Ampliação da EBC para todos os estados, com fortes investimentos e abertura da programação para as universidades públicas, escolas e movimentos populares. Redução do prazo de concessão pública dos grandes meios de comunicação para cinco anos, tendo em vista a sua estatização a longo prazo.
 - 21) **Política internacional.** Relações internacionais pautadas pelos princípios da solidariedade internacionalista e à integração dos povos latino-americanos e caribenhos. Fortalecimento de iniciativas como a ALBA e UNASUL, trazendo-as para uma perspectiva de cooperação nos níveis econômico, social, político e militar. Realização de parcerias comerciais estratégicas priorizando o desenvolvimento industrial e tecnológico, assim como a retenção das riquezas e lucros em nosso país. Defender a incorporação de Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname como membros plenos do Mercosul, junto com a reversão da suspensão da Venezuela. Forte combate e denúncia às investidas imperialistas da OTAN, OEA e Cúpula das Américas. Estabelecimento de relações diplomáticas plenas com Estados de fato: Autoridade Nacional Palestina, Frente Polisário, etc e defesa do fim da OTAN em todos os fóruns internacionais. Estabelecer relações diplomáticas e econômicas com os países em África levando em conta as vantagens mútuas, trabalhando para quebrar a relação subimperialista da burguesia brasileira com esses países. Pautar a criação de uma organização de Países Exportadores de Energia, Petróleo e Riquezas Minerais em âmbito latino-americano e africano, para proteger os interesses dessas regiões frente às investidas imperialistas. Defender na ONU o fim do Conselho de Segurança e das investidas imperialistas.

Programa da Revolução Brasileira:

Transformações políticas: a constituição do Poder Popular na luta

12. As classes dominantes, ao longo de nossa história, sempre procuraram afastar o povo das decisões econômicas e políticas, com o objetivo de manter o seu domínio. Nesse longo período de dominação construíram uma estrutura de dominação que se reproduz ao longo dos tempos, como uma espécie de herança social da burguesia. Desde os tempos coloniais com a escravidão, passando pelos períodos das diferentes oligarquias, até os dias atuais as classes dominantes construíram uma estrutura social perversamente desigual, tanto do ponto de vista

social, quanto regional, com os/as trabalhadores/as recebendo baixos salários, vastas regiões do país no atraso econômico e grande parte da população vivendo na miséria.

13. Por isso, é fundamental a construção de uma alternativa popular/revolucionária com independência de classe, capaz de realizar as mudanças políticas de que o país necessita, com o objetivo de derrotar essa estrutura de dominação que vem desde o período colonial, baseada na truculência, na opressão e na violência contra os trabalhadores e a população em geral. Nossa proposta busca realizar uma mudança profunda em todo o sistema político e suas instituições, uma mudança estrutural na economia e nas relações sociais, de forma a que a maioria da população, aquela que cria efetivamente a riqueza do país, passe a ser a protagonista dessa nova fase da história do Brasil. Sabemos que, para isso, não basta uma eleição: é preciso que a luta da classe trabalhadora e do povo pobre se dissemine e organize em patamares cada vez mais elevados, rumo à substituição dos poderes atualmente existentes pelo Poder Popular direto das massas, tomando em suas próprias mãos a solução de seus problemas e a gestão da vida econômica e social. Mas para que isso sequer seja uma possibilidade, é preciso que tal perspectiva se dissemine desde já no interior de cada luta da classe trabalhadora e do povo pobre, que se organize na perspectiva da luta pelo poder. É nesse sentido que defendemos:

14. A convocação de uma Assembleia Constituinte de Novo Tipo, com uma representação que corresponda à maioria social do país e às organizações de massas dos trabalhadores, revertendo de uma vez por todas o sistema que transforma as maiorias sociais em minorias na representação política. Essa Assembleia deverá ser constituída da seguinte forma: metade será eleita pelo voto universal e metade pelo movimento operário e popular da cidade e do campo. Terá como papel exclusivo a construção de um novo ordenamento político e jurídico para o país. Nesse reordenamento, o poder será exercido diretamente pelas instâncias do Poder Popular, os Conselhos Populares, a serem eleitos, fiscalizados e, eventualmente, revogados, por meio de assembleias em todos os locais de trabalho, moradia e estudo. Esses Conselhos serão a espinha dorsal do novo poder, tanto para a implantação de uma cultura verdadeiramente democrática no país, mas especialmente como instrumento fundamental da democracia dos trabalhadores e de defesa da nova ordem institucional, estruturada no poder popular.

15. A democratização do sistema judiciário: O judiciário brasileiro tem sido, ao longo dos tempos, um instrumento das classes dominantes para punir os pobres e proteger os ricos. Trata-se de um sistema que tem uma lógica de atuação reacionária e antipopular, com um funcionamento corporativo sob o qual viceja a corrupção, e no qual os magistrados que cometem crimes raramente são punidos. E quando o são, em razão de ilícitos graves, a punição máxima é a aposentadoria compulsória que, somente em situações excepcionais, pode ser cassada! Os membros dos tribunais superiores são nomeados por governantes de plantão, com mandato vitalício, o que consolida os interesses corporativos, antidemocráticos e antipopulares na instituição judiciária. Para reverter essa situação propomos uma reforma estrutural profunda de todo o judiciário brasileiro (o que inclui necessariamente o Ministério Público), tanto do ponto de vista da legislação, quanto do controle social e transparência sobre a atividade da justiça e, especialmente, que os juízes nomeados para os tribunais regionais e superiores tenham mandato fixo sob controle social, ou seja: elegíveis e revogáveis pelo Poder Popular em sua respectiva jurisdição.

16. A socialização dos meios de comunicação. Hoje, os meios de comunicação no Brasil são dominados por meia dúzia de famílias que se comportam como verdadeiros partidos políticos reacionários e são um dos principais responsáveis pela manipulação da opinião pública e difusão do obscurantismo reacionário. O governo do Poder Popular deve realizar a

democratização radical dos meios de comunicação, com uma nova Lei Geral das Comunicações, baseada no fim do oligopólio privado e da propriedade cruzada atualmente existentes nos meios de comunicação e na internet. É necessária a revisão das concessões de rádio e teledifusão, assegurando ampla liberdade para que organizações sociais dos trabalhadores e do povo pobre construam seus veículos próprios. É fundamental ainda o monopólio estatal das telecomunicações, da telefonia e da internet, e a construção de uma poderosa cadeia de comunicação pública de alcance nacional e internacional (TV, rádio, internet e agências de notícias), com incentivo à criação de redes regionais e locais. Construir uma política nacional de formação de comunicadores sociais e populares para que desenvolvam a comunicação nas entidades sindicais, bem como nos bairros populares.

17. A democratização da segurança pública. Na sociedade de classes dependente, as polícias têm-se constituído em máquinas de matar a juventude e a população pobre da periferia, especialmente o povo negro – camadas sociais que são encurraladas entre a brutalidade da polícia e das milícias e o poder dos “soldados rasos” do tráfico drogas nas favelas e periferias (cujos grandes financiadores, no entanto, não moram nas favelas, mas nos bairros nobres do Brasil e no estrangeiro). O nosso programa propõe a extinção da Polícia Militar, entendida como uma completa desmilitarização e reestruturação da segurança pública, sob um marco civil unificado e sob o controle direto da população trabalhadora, com participação popular direta, organizada e coletiva na segurança pública.

18. As Forças Armadas sob o controle do Poder Popular. As Forças Armadas, pelo menos no último meio século, têm se constituído num bastião das classes dominantes e dos interesses do imperialismo, com uma formação antipopular e antidemocrática, voltada muito mais para o combate ao chamado “inimigo interno” do que para a defesa da soberania nacional. Por isso, nosso programa propõe uma reestruturação profunda nos comandos hierárquicos das três forças e uma nova política de formação militar, com uma nova orientação para as escolas de formação de oficiais e sargentos, voltada para os interesses nacionais e populares. Assegurado o controle popular direto sobre as forças armadas por meios revolucionários e pela democratização da segurança pública, defendemos a modernização dos equipamentos militares, com incentivo às tecnologias de informação para o meio militar, de acordo com os interesses do Poder Popular, e retomada do programa nuclear brasileiro, como instrumento de garantia da soberania popular contra qualquer tipo de agressão oriunda de interesses contrariados no plano internacional. Serão mantidos os programas de desenvolvimento e construção do submarino de propulsão nuclear e da aquisição e fabricação, no Brasil dos caças Gripen, garantida a transferência se tecnologia.

Transformações econômicas: reorganizar a produção no sentido do socialismo

19. Controle público do sistema monetário e financeiro. O sistema financeiro brasileiro é um dos mais concentrados do mundo. Controla cerca de dois terços do crédito e mais de 70% da dívida interna, cobra um dos maiores *spreads* do mundo e, mesmo diante da crise que o país está vivendo, é o setor que vem obtendo os maiores lucros nos últimos na última década, bastando dizer que este ano os quatro grandes bancos brasileiros estão entre os mais lucrativos do mundo. Além disso, é um sistema financeiro basicamente especulativo, pois não cumpre o papel fundamental que é o financiamento de longo prazo ao sistema industrial. Quem cumpre esse papel é o BNDES. Tem seus maiores lucros em função da dívida interna, dos créditos de curto prazo e do crédito direto ao consumidor. Além disso, é o responsável pela formulação de toda a política econômica neoliberal do governo desde a década de 90 do século passado. Portanto, é um sistema que precisa ser reestruturado porque sua atual configuração serve apenas para drenar recursos do fundo público e da população para a oligarquia financeira. Nesse sentido propomos:

20. **Estatização e controle público das instituições financeiras**, de forma que o Estado disponha de instrumentos efetivos para realizar uma política econômica voltada para atender os interesses populares e do desenvolvimento econômico-social do país e dos setores estratégicos da economia, transformando a atividade financeira num serviço público. Essa é uma medida indispensável para qualquer transição para uma nova economia baseada nos interesses da maioria trabalhadora do povo. Com o atual nível de desenvolvimento tecnológico do setor financeiro e a qualificação dos trabalhadores no Brasil, os bancos continuarão funcionando normalmente, geridos agora pelo Estado – apenas os acionistas controladores perdem seu poder, sem qualquer mudança imediata para os correntistas.

21. Para complementar a estatização e controle público do sistema financeiro, é necessário a criação do **Banco Único dos Trabalhadores**, instrumento econômico-financeiro que terá a tarefa de gerir os fundos patrimoniais, previdenciários e de seguridade social, hoje geridos no interesse do capital. Com o grande volume de recursos em carteira, os trabalhadores passarão a controlar efetivamente os seus próprios recursos, bem como o novo banco terá condições de orientar a destinação desses recursos para os programas de interesses dos trabalhadores e do desenvolvimento econômico-social do país. Proveremos ações para o **controle imediato da inflação** por meio da gestão, pelo Estado, dos preços administrados (como os dos combustíveis e outros), do controle do câmbio para as cadeias produtivas que utilizam insumos importados e da retomada o uso dos estoques reguladores.

22. **Dívida interna:** a dívida interna brasileira corresponde hoje a mais de 90% do PIB e, por estar na mão do setor privado, se transformou no principal instrumento da oligarquia financeira para transferir recursos do fundo público e da população em geral para a oligarquia financeira. A maior parte dessa dívida não foi feita para a construção de equipamentos sociais, como escolas, hospitais, estradas, redes de saneamento ou investimento social. Pelo contrário, a maior parte dessa dívida foi acumulada através da política de juros altos do Banco Central para favorecer a oligarquia financeira. Somente nos últimos 10 anos o país contabilizou um pagamento de juros de mais de R\$ 2,5 trilhões. Essa sangria de recursos é realizada às custas de uma política neoliberal que massacra os trabalhadores, como as contrarreformas, a precarização dos direitos trabalhistas, a redução dos salários, o saque ao fundo público – tudo isso para favorecer um pequeno grupo de milionários e especuladores que estão destruindo a economia e o futuro de várias gerações. Essa política de privilegiar os rentistas também é responsável pelo medíocre crescimento econômico que o país vem apresentando nas últimas décadas, pelo sucateamento e desnacionalização do parque industrial, pela desindustrialização do país e pela queda nos investimentos públicos e privados. A dívida interna transformou o Brasil num paraíso da especulação, que inviabiliza a ação do Estado no sentido da construção de uma política econômica voltada para o desenvolvimento econômico, investimentos públicos, bem como impede o Estado de realizar uma política monetária que possibilite a construção de uma economia próspera, com desenvolvimento econômico-social e distribuição de renda. Não há qualquer possibilidade de construção de uma nova economia, se não resolvermos de maneira definitiva a questão da dívida interna. Nesse sentido, propomos:

23. **Reestruturação da dívida interna**, com realização de uma investigação sobre a formação da dívida mediante a criação de uma Comissão Especial para analisar todo o processo de sua constituição (juros especulativos, corrupção). O objetivo é realizar um processo de reestruturação do passivo do endividamento e sua substituição por títulos de longo prazo da dívida que for efetivamente reconhecida pelo Estado no processo de transição da economia. Durante o período de investigação será suspenso o pagamento dos juros. Revogar toda a legislação realizada pelos sucessivos governos neoliberais que transformaram o Estado em prisioneiro da oligarquia financeira, o que significa recuperar as prerrogativas do BNDES

como instrumento financiador do governo e supridor das necessidades de liquidez da economia. Saneada a economia, o Estado terá capacidade de realizar política econômica no interesse da população e do desenvolvimento do país, bem como deter a sangria financeira que vem destruindo a economia e as condições de vida da população nas últimas quatro décadas.

24. Empresas estratégicas: a política neoliberal dos últimos 40 anos significou um verdadeiro assalto ao patrimônio público, com a venda das empresas a preço de banana para o capital monopolista nacional e internacional, em transações envolvendo negociatas e corrupção, moedas podres e até mesmo financiamento do BNDES para a compra das próprias empresas brasileiras. O Estado vendeu seu patrimônio e ainda financiou o comprador. Verdadeiro crime de lesa-pátria. Praticamente, todos os setores estratégicos do país foram privatizados, como o siderúrgico, as telecomunicações, setor elétrico, bancos estaduais, ferrovias, mineração, pré-sal entre outros. Com as transferências das empresas públicas para o setor privado o Estado deixou de ter instrumentos para realizar política econômica, bem como os produtos e serviços dessas empresas se tornaram mais caros para a população. Para a construção da nova economia, é necessário retomar para o patrimônio público os bens patrimoniais que lhe foram roubados e punir severamente todos os envolvidos nessas falcaturas. Nesse sentido, propomos:

25. Retomar para o patrimônio público todas as empresas estratégicas, a começar por aqueles que foram privatizadas ao longo desse período, de forma a que o Estado volte a ter condições de realizar uma política econômica no interesse do país, reverter a orientação neoliberal e construir a economia brasileira no sentido de um desenvolvimento econômico voltado para os interesses populares. Torna-se fundamental abrir processo de investigação para apurar responsabilidade de todos os governos e agentes públicos responsáveis pelos processos de privatização, a corrupção generalizada oriunda desse processo, bem como a punição de todos os envolvidos nas negociatas que resultaram na dilapidação do patrimônio público. Retomar o monopólio estatal do petróleo, com cancelamento de todos os contratos de risco realizados pelos sucessivos governos no passado, com a Petrobras 100% estatal. Estabelecer o monopólio do Estado sobre a exploração das riquezas minerais e da biodiversidade, neste último caso, aproveitando nossas vantagens comparativas, construir um grande polo industrial de biotecnologia na região amazônica. Estender o controle público de todas as empresas que representam meios de produção essenciais à vida, tais como água, energia elétrica, saúde, educação, transporte, infraestrutura, as quais deverão ser geridas com controle social, em acordo com os Conselhos de Trabalhadores das próprias empresas.

Uma nova política industrial e tecnológica

26. Indústria e tecnologia: O Brasil foi um dos países que, mesmo tardiamente e com distorções evidentes, incorporou em tempo recorde os principais ramos da segunda revolução industrial, como o metalmeccânico, químico, plásticos, entre outros, processo que colocou o país entre as 10 maiores economias do mundo em termos de produto interno bruto. O país passou, em tempo também recorde, de uma economia agrário-exportadora para a economia industrial, com um crescimento médio anual de mais de 6% entre 1930 e 1980 do século passado. Desenvolveu em marcha forçada uma urbanização acelerada, com a formação de grandes metrópoles, onde atualmente mais de 80% das pessoas vivem nas cidades e concentrou nas grandes metrópoles um proletariado gigantesco, o segundo maior do continente.

27. Esse crescimento econômico acelerado começou a ser revertido com a crise da dívida externa e a recessão do início da década de 1980 e, particularmente, com as políticas

neoliberais e privatizações implementadas a partir do início dos anos 90, todas orientadas pelo Consenso de Washington. Para se ter uma ideia, o crescimento médio anual entre 1981 e 2020 foi de apenas 2,2% um desempenho inteiramente atípico em relação à economia brasileira moderna. No período do governo do PT houve uma tentativa de retomada do crescimento econômico, mas essa iniciativa foi restringida pela obediência desse governo ao tripé macroeconômico neoliberal, cuja prática impediu que se alcançassem os mesmos patamares do período histórico anterior.

28. Atualmente, está avançando no país um processo de regressão industrial, com o crescimento dos setores ligados ao agronegócio e mineração e afastando a indústria brasileira cada vez mais dos setores de ponta da economia mundial, como tecnologia das informações, semicondutores, biotecnologia, entre outras. É necessário reverter urgente essa situação, de forma a que o país possa retomar o desenvolvimento industrial em bases tecnológicas avançadas para crescer economicamente e atender os interesses populares. Dessa forma, propomos:

29. **Desenvolver uma nova política industrial** que modernize, por um lado, os setores produtores de bens de consumo de massas e, por outro, incorpore de maneira acelerada os ramos tecnológicos mais avançados da economia mundial, dentro de um planejamento e investimento a partir do Estado, especialmente nas áreas de tecnologias da informação e comunicação, engenharia genética e biotecnologia, eletrônica avançada, robótica, semicondutores, nanotecnologia, inteligência artificial, visando colocar novamente o país entre as economias mais avançadas do mundo, de forma a suprir o mercado interno de bens e serviços, incorporar as grandes massas ao mercado consumidor e obter ganhos de competitividade no comércio internacional. Será assegurado o caráter predominantemente estatal da indústria aeroespacial, com incentivo e apoio ao CTA, ITA, INPE e outros órgãos semelhantes. Serão retomadas as atividades da base de Alcântara, com gestão estatal e apoio aos programas de desenvolvimento de foguetes e satélites. Será retomado o programa Missão Espacial Completa Brasileira. Será implementado um programa de Substituição de Importações com de bens de produção (como máquinas) e de consumo duráveis (como caminhões e eletrodomésticos) e não duráveis (como roupas), com foco nas micro, pequenas e médias empresas. Será incentivado o desenvolvimento da produção de trens, bondes e navios para o transporte carga e passageiros.

30. Serão retomadas políticas de proteção à indústria brasileira. Será iniciado um processo de transição da indústria automobilística, com a introdução de motores elétricos para carros e caminhões e a migração para a produção de veículos para o transporte coletivo e de massa públicos. Será fortemente incentivado o desenvolvimento da geração de energia de fontes solar, eólica e outras fontes renováveis, e desincentivada a geração de energia pela queima de combustíveis fósseis como carvão e petróleo. Para tanto, é necessário que haja fortes investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento, ciência básica, nos institutos de pesquisa e inovação, bem como a criação de novos instrumentos de pesquisa nas universidades, empresas públicas e órgãos governamentais, com o objetivo de construir um poderoso instrumento público de inovação tecnológica como suporte do novo processo de desenvolvimento econômico e social. É fundamental criar redes de institutos federais e escolas técnicas visando capacitar milhões de jovens para se incorporarem ao novo mercado de trabalho resultante das novas condições econômicas e sociais do país.

31. **Ciência e tecnologia:** Será aumentada a dotação orçamentária para a promoção do desenvolvimento Científico e Tecnológico realizado a partir das universidades e instituições públicas e das empresas estatais. Será efetuada a expansão dos programas de bolsas de mestrado e doutorado e de apoio à pesquisa. Serão priorizados, na alocação de recursos, os

temas de pesquisa científica e tecnológica voltados para o atendimento das demandas da classe trabalhadora, como meio ambiente, desenvolvimento urbano, tecnologias de saúde e produção de medicamentos, estudos sociais, artes, formação de professores e outros.

32. Câmbio e comércio exterior: num mundo globalizado com crise econômica e o sistema imperialista em desespero para impor seus interesses ao planeta, os governos devem ter ampla autonomia em todos os setores da área econômica, especialmente nas relações cambiais e no comércio exterior, cujas áreas se transformaram em arena de luta entre o grande capital e os países da periferia. Não se pode ter uma política econômica independente sem o controle dessas variáveis-chave que representam as relações do país com o resto do mundo. Por isso, para qualquer projeto de desenvolvimento, é fundamental que o governo do Poder Popular mantenha uma política cambial e de comércio exterior que esteja de acordo com os interesses nacionais e populares, de forma a preservar a independência do país em relação ao processo de construção de uma nova ordem internacional onde todos os países possam ter relações econômicas mutuamente vantajosas. Nesse sentido, propomos:

33. Controle cambial e monopólio do comércio exterior. O controle do câmbio é um dos mecanismos fundamentais para evitar os ataques especulativos, bem como para administrar a moeda nacional e operar uma política de exportação e importação de acordo com os interesses do país e não do mercado especulativo. Já o monopólio do comércio exterior é uma forma de evitar as manipulações do mercado por parte das empresas transnacionais e agentes especulativos nacionais e internacionais e garantir a soberania nacional. O controle do câmbio e do comércio exterior, sob os interesses populares e a soberania nacional, são ferramentas fundamentais para a realização de uma nova política econômica e para evitar as chantagens dos países centrais quando seus interesses são contrariados.

34. Reforma tributária: o Brasil tem uma estrutura tributária das mais perversas do mundo, onde a carga tributária recai cerca de 50% sobre o consumo, enquanto a taxa sobre a renda, o patrimônio e a especulação financeira é irrisória. Ou seja, a cobrança de impostos incide proporcionalmente mais sobre os mais pobres do que os ricos, que se aproveitam de uma série de mecanismos para não pagar os tributos. Essa estrutura regressiva consolida uma distribuição de renda obscena. Outro elemento nocivo da estrutura tributária no Brasil é o histórico processo de sonegação por parte das classes dominantes, que se utilizam do chamado planejamento tributário e outras formas para fugir do pagamento dos tributos. Além disso, as classes dominantes também deixam de pagar os impostos mediante um conjunto de ações governamentais, tais como as isenções e renúncias fiscais, que são formas encobertas de privilégios fiscais por parte dos ricos e milionários. Para reverter esse processo, propomos:

35. Impostos progressivos: Com o objetivo de redistribuir a renda, o princípio da reforma é a instituição de impostos progressivos, de forma a que cada pessoa pague os impostos de acordo com sua renda e patrimônio. Ou seja, quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos e quem não tem nada, não paga nada. Nessa perspectiva, a proposta é a implantação de uma reforma tributária que inverta o sistema atual, mediante redução de impostos sobre o consumo e a criação de tributos sobre patrimônio, lucros, dividendos, transações financeiras e participação acionária, grandes fortunas bens de luxo e herança. Complementam essas ações, um conjunto de medidas efetivas de combate à sonegação, que atualmente atinge R\$ 500 bilhões, o fim das desonerações e isenções para empresas de grande porte, exportadores e entidades filantrópicas. Isenção do imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos, com tabela progressiva até o percentual de 40% para quem ganha acima de 60 salários mínimos, taxa ainda abaixo do que se pratica na OCDE e que atingiria apenas 2,7% dos declarantes; alíquota máxima de 50% no IRPF; volta do AIRE (Adicional de

Imposto de Renda Estadual), como compensação pela perda de receita com o ICMS; anistia/cancelamento da dívida de Estados e municípios com a União, com o fim do acordo da rolagem de 1996.

Direitos da classe trabalhadora: Saúde educação, reforma agrária, salário, emprego, previdência, assistência social, transporte, cultura e meio ambiente.

36. O Brasil vive uma das mais dramáticas crises sociais, agravadas nas últimas décadas pelas políticas neoliberais, que retiraram direitos, precarizaram o trabalho, reduziram os salários, sucatearam os serviços públicos para a população, aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Em outros termos, os ricos ficaram mais ricos e aumentou de maneira impressionante a miséria. O país possui hoje cerca de 19 milhões de pessoas passando fome e disputando no lixo ossos e pelancas de carne, cerca de 20 milhões no desemprego (se somarmos o desemprego oficial com o desemprego oculto) e mais de 35 milhões na informalidade. A mercantilização e da saúde tem precarizado o atendimento à população e elevado os lucros das empresas privadas, enquanto cresce cada vez mais a privatização por dentro do Sistema Único de Saúde, mediante a entrega de sua gestão para as chamadas organizações sociais e o avanço das empresas privadas na sua estrutura, além do sucateamento dos equipamentos médicos e a falta de verbas, o que abre caminhos para a privatização geral do atendimento médico e avanço das empresas de planos privados de saúde no atendimento à população.

37. A reforma da previdência deixou milhões de trabalhadores sem a perspectiva da aposentadoria e a reforma trabalhista precarizou a força de trabalho e aboliu grande parte dos direitos conquistados pela Constituição de 1988. Além disso, o governo mantém uma ofensiva permanente contra o movimento sindical, não só através de medidas que impedem o financiamento das entidades, mas também em função do desestímulo à sindicalização e campanhas dissimulatórias como o empreendedorismo. Grande parte da legislação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do tempo de nossos avós, bem como as conquistas expressas na Constituição de 1988, foram liquidadas pela reforma trabalhista, além de medidas complementares realizadas sucessivos governos nas últimas décadas, especialmente após o golpe de 2016. Como consequência, ocorreu nesse processo uma contínua redução dos salários, crescimento da informalidade e do desemprego, o que tem aumentado a fome e a miséria entre os trabalhadores.

38. Na área da educação o processo de privatização é muito maior, pois cerca de dois terços das universidades são de propriedade de grupos privados nacionais e fundos financeiros internacionais. Para agravar ainda mais a situação do ensino público, continua o corte de verbas para a educação e a ciência, bem como a ofensiva dos setores liberais para ampliar o sucateamento das universidades públicas e depois encontrar pretexto para privatizá-las. No ensino médio e fundamental, apesar de a maioria das escolas ainda serem públicas, a qualidade do ensino é precária, a infraestrutura é deficiente, e os salários dos/as trabalhadores/as da educação são muito baixos. Além disso, há uma crônica falta de creches para as crianças em todo o país, o que revela o desleixo dos governos em relação à educação. A educação fundamental é de responsabilidade do município, entretanto, encontra-se submetida ao MEC, que realiza gestão descontinuada, como é o caso da compra de material escolar, livros e demais artigos que beneficiam apenas um grupo de editoras. O programa para o ensino médio que os comunistas propõem deverá realizar-se a partir de uma ampla consulta ao conjunto dos/as trabalhadores/as da educação e das comunidades escolares, garantido o acesso ao conhecimento universal e às especificidades regionais.

39. As políticas governamentais para o campo consolidaram um sistema de produção agropecuária voltada essencialmente para exportação e uma estrutura de agronegócio baseada

em práticas predatórias do meio ambiente, intensidade da utilização de agrotóxicos nos alimentos e desrespeito aos direitos dos trabalhadores e da população do campo. O latifúndio e a grilagem de terras continuam aumentando em todo o país, a devastação ambiental degrada os ecossistemas, polui os rios e o solo, devasta as florestas, enquanto a mineração nas terras indígenas avança de maneira acelerada e expulsa os camponeses, indígenas e quilombolas de suas terras.

40. O transporte coletivo é um verdadeiro caos urbano, enquanto o transporte de mercadorias é irracional, uma vez que num país de dimensões continentais como o Brasil o transporte de mercadorias deveria ser feito através de rede ferroviária, mais rápida e mais barata, e não por estradas de rodagem. A maior parte dos serviços de ônibus e de metrô urbanos é de péssima qualidade, fazendo com que os trabalhadores demorem cerca de três a quatro horas para ir e voltar do trabalho. Isso porque os empresários dos transportes colocam os lucros sempre acima dos interesses da população, com a cumplicidade dos governos municipais e estaduais, a maioria envolvida em negociações e corrupção com os proprietários dos transportes.

41. Para reverter esse quadro social dramático em todos os indicadores sociais, é fundamental a implementação de um programa de transição com reformas profundas que proporcione um novo rumo para o Brasil no sentido de atender os interesses populares e o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido, propomos:

42. Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal, do teto dos gastos e criação da Lei de Responsabilidade social. As políticas neoliberais impuseram ao país um conjunto de medidas antipopulares como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto dos gastos, que têm por objetivo enriquecer as classes dominantes e liquidar os direitos dos trabalhadores, precarizar as relações de trabalho, reduzir os salários, realizar o saque ao fundo público e aumentar a taxa de lucros dos capitalistas. Essas medidas foram implementadas sob o argumento de que era necessário o equilíbrio fiscal para evitar a escalada inflacionária e construir uma economia saudável. No entanto, esse é apenas o pretexto para favorecer os interesses dos grandes capitalistas e especuladores financeiros, que nas últimas quatro décadas ganharam rios de dinheiro com a dívida pública e com a precarização dos direitos e garantias dos trabalhadores. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto dos gastos são as principais ferramentas que transformaram a economia e a sociedade em reféns de uma política econômica que está desindustrializando o país, transferindo anualmente bilhões de reais para o setor privado, reduzindo o crescimento econômico e o salário dos trabalhadores e aumentando a fome e a miséria entre a população brasileira.

43. O PCB parte do princípio de que o Estado, em vez de premiar a especulação financeira com a transferência do fundo público para os especuladores, deve utilizar esses recursos para realizar um programa de reformas que atende aos interesses populares. As experiências nacionais e internacionais recentes provaram que os governos podem mobilizar recursos para realizar os programas sociais, sem que isso tenha repercussão na agenda macroeconômica do país. Basta que o governo do Poder Popular se utilize dos mecanismos de política monetária para realizar essas tarefas. Ou seja, em vez de superávit fiscal, equilíbrio orçamentário e austeridade a palavra de ordem deve ser *Responsabilidade Social*, reformas profundas e gasto público para garantir o desenvolvimento econômico-social e mudar radicalmente as condições de vida da população. O governo do Poder Popular vai revogar toda essa legislação antipopular oriunda da legislação neoliberal dos sucessivos governos nas últimas décadas e criar uma nova legislação, a *Lei de Responsabilidade Social*, com o objetivo de garantir recursos para atender os interesses populares, realizar as reformas nas áreas da educação, saúde, transporte, saneamento, agricultura familiar e programas sociais. Com essas medidas, haverá não só a melhoria das condições de vida da população, mas também um processo de

desenvolvimento econômico e social que coloque a sociedade brasileira num novo patamar democrático e próspero.

44. Direitos sociais e trabalhistas. Os trabalhadores foram os mais prejudicados nessas quatro décadas de políticas neoliberais. Portanto, é necessário haver uma mudança radical de paradigmas e prioridades para criarmos uma sociedade próspera e desenvolvida. O nosso programa se propõe a revogar as reformas da previdência e trabalhista (que aprofundou a uberização, a pejetização, a terceirização e instituiu o chamado “trabalho intermitente”, entre outras formas de precarização das relações de assalariamento), bem como a realizar, em debate com os sindicatos, um processo continuado de recuperação do poder de compra dos salários, especialmente do salário-mínimo, de forma a que num prazo de quatro anos recupere o valor estipulado pelo Dieese. Direito universal ao trabalho, com garantia da estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, proibindo a demissão sem justa causa; formalização do mercado de trabalho e redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução de salário. Estatização e gratuidade dos sistemas de previdência e ampliação das políticas de assistência social, assegurando a aposentadoria para todos os homens maiores de 60 anos e mulheres com mais de 55 anos, com recuperação gradual das perdas salariais dos aposentados produzidas pelas reformas neoliberais. Ampliação da licença maternidade para no mínimo 12 meses; ampliação e regulamentação da licença paternidade, para que haja o devido compartilhamento do cuidado à criança.

45. Previdência e assistência social: Será efetuada a expansão da previdência pública para a universalidade, com a garantia da cobertura de aposentadorias, pensões e benefícios para todos. Será promovida a ampliação dos serviços de assistência para a infância, com o fortalecimento e a expansão dos conselhos tutelares, creches e orfanatos, o incentivo à adoção e o combate à exploração do trabalho infantil. Será promovida a maior atenção aos adolescentes e adultos, com o fortalecimento e a expansão dos Caps e dos abrigos para pessoas em condição de rua, para mulheres vítimas de violência, além de abrigos e de serviço de acompanhamento para idosos. Será reforçado e ampliado o seguro-desemprego. Será garantido o provimento de auxílios emergenciais e outras formas de cobertura para situações de vulnerabilidade.

46. Trabalhadores de aplicativos. O mercado digital tem se desenvolvido de maneira acelerada no Brasil. Mesmo sendo uma atividade nova, meia dúzia de grandes empresas já monopolizam o mercado de entregas por aplicativos no Brasil. Essas empresas têm uma relação trabalhista típica desse período de barbárie neoliberal: não registram os trabalhadores, os obrigam a alugar ou utilizar seus próprios meios de locomoção para trabalhar, praticam uma remuneração muito baixa pelas entregas e não assumem nenhuma responsabilidade em relação aos direitos e garantias historicamente conquistados pelos trabalhadores. Trata-se do mercado de trabalho mais precarizado do país, onde os oligopólios ganham rios de dinheiro com esse sistema de precarização trabalhista. Para reverter essa situação, nosso programa propõe imediatamente o registro com salário em carteira e piso salarial para todos os trabalhadores ligados a essas plataformas digitais e **a criação de uma empresa pública de intermediação por meio de aplicativos de transportes de passageiros e cargas**, a fim de para regular, organizar e incorporar em sua estrutura todo o comércio digital de pessoas, mercadorias e serviços, de forma quebrar os monopólios das redes privadas nacionais e internacionais e garantir os direitos e salários dos trabalhadores de aplicativos.

47. Agricultura. Retomada dos estoques reguladores da Conab. Realização de uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, com a imediata desapropriação sem indenização de todos os latifúndios improdutivos, das fazendas com trabalho escravo e as que não estejam cumprindo a função social conforme regulamenta a legislação. Fortalecimento dos órgãos de

abastecimento alimentar e dos estoques reguladores, visando a que o governo do Poder Popular tenha condições de garantir a segurança alimentar da população, bem como fortalecimento dos órgãos de pesquisa agropecuários e a construção de empresas públicas para a produção de insumos para a agricultura visando tornar o país autônomo nessa área. Criação de uma nova política agrícola, ecologicamente sustentável, com incentivo e crédito à produção de alimentos saudáveis, e preços mínimos que possam garantir o aumento da produção. Como estímulo à democratização da posse da terra e garantia de sua propriedade pelos trabalhadores, o governo do Poder Popular incentivará a constituição de grandes cooperativas agropecuárias visando racionalizar o sistema produtivo e ampliar a oferta de alimentos básicos.

48. Reforma urbana. Desapropriação e reforma de todos os imóveis urbanos que estejam sem uso para ocupação imediata das famílias sem teto e vivendo de aluguel nas grandes cidades. Desapropriação de todos os terrenos vazios das cidades visando a construção de residências populares e de praças, parques e áreas de lazer nas grandes cidades, medida que deverá ser acompanhada de uma ampla campanha popular de plantação de árvores, visando a melhoria da paisagem e do clima urbanos. Desenvolvimento de um amplo programa de construção de habitações populares de forma a reverter o déficit habitacional no prazo de cinco anos, além de uma campanha de saneamento urbano, de forma a que no prazo também de cinco anos seja possível garantir infraestrutura de saneamento e água potável para toda a população brasileira.

49. Educação. Como medidas emergenciais, serão reforçados os programas de bolsas para estudantes quotistas nas universidades e reajustados os salários dos profissionais de educação em todos os níveis; recuperação e ampliação das verbas para as Universidades Federais e verbas do Fundeb. Realização de uma reforma educacional que possibilite no médio prazo a construção de um ensino 100% público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado, da educação infantil à pós-graduação. Estatização do sistema privado de ensino, especialmente o Sistema S e o setor universitário, com o compromisso do governo do Poder Popular equipar toda a infraestrutura das universidades encampadas, de forma a generalizar a educação superior e aumentar a qualidade do ensino e da pesquisa, bem como condições efetivas de permanência estudantil, com a garantia de financiamento adequado para o provimento de bolsas de manutenção e condições de moradia e estudo. Fortalecer, equipar e ampliar a oferta de vagas nas atuais universidades públicas, incentivando a pesquisa e extensão e a criação de novos campi pelo interior do Brasil. Rumar para o fim do vestibular, com criação de vagas correspondentes à demanda educacional nas instituições de ensino superior – enquanto isso não seja possível, defendemos a necessidade da manutenção da política de cotas raciais e sociais. Criação e ampliação dos Institutos Federais e Escolas Técnicas em todas as regiões, sempre levando em conta a interiorização e as especificidades regionais, visando formar técnicos para servir ao desenvolvimento local. Realizar uma grande campanha de alfabetização visando erradicar o analfabetismo em todo o território. Fim das chamadas “escolas cívico-militares”. Defesa de uma educação laica e socialmente referenciada e de políticas de ciência e tecnologia em prol de um projeto popular de soberania nacional.

50. Saúde Pública. Dentro da perspectiva de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, propomos estatizar todo o sistema privado de saúde, incluindo a rede de assistência (hospitais, serviços ambulatoriais, de apoio diagnóstico e terapêutico), setores de pesquisa e produção de fármacos, imunobiológicos, hemoderivados e de insumos, indústria de material médico-hospitalar e de equipamentos. Organizar um sistema de saúde integrado, a partir da atenção primária à saúde, evoluindo até os níveis de maior complexidade, processo que deverá ser conjugado com ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação dos pacientes.

Ampliação da rede assistencial e criação de unidades básicas de saúde e hospitais nos bairros populares, visando garantir atendimento à saúde a todas as pessoas o mais próximo possível de seus locais de moradia ou trabalho. Criação dos Conselhos Populares de Saúde, eleito pelos trabalhadores, para o controle do sistema de saúde em todos os níveis. Serão reforçados os programas de distribuição de medicamentos pelo SUS, com a ampliação da diversificação dos medicamentos oferecidos. Será criado um programa de contratação de médicos e pessoal de saúde para as regiões menos assistidas do país e para as regiões periféricas aos grandes centros urbanos. Será incentivada a formação médica em clínica geral e nas demais profissões da área da saúde por meio da abertura de vagas nos cursos públicos da área.

51. Direitos das pessoas com deficiência: Serão realizadas campanhas contra o capacitismo, acessíveis e com ampla divulgação nos meios de comunicação de massa. Garantia de equipamentos necessários para a permanência de estudantes e trabalhadores com deficiência nas escolas e universidades, como tablets, lupas eletrônicas, impressoras braile e mesas de estudo para cadeirantes e pessoas obesas. Garantia de letores, intérpretes de Libras e mediadores concursados em todas as escolas e universidades. Implementação de aulas de Libras – Língua Brasileira de Sinais e Libras táteis como disciplina obrigatória nas escolas. Acessibilidade arquitetônica e comunicacional em escolas, universidades, hospitais, centros de lazer e cultura, segundo os princípios do desenho universal. Capacitação a trabalhadores da educação, saúde e cultura para o atendimento não capacitista. Garantia de mamógrafos, tomógrafos, macas e camas ginecológicas acessíveis. Atendimento médico e vacinação da pessoa com deficiência com alto nível de dependência no próprio domicílio. Construção de uma política pública do cuidado, com a garantia de profissionais de apoio para acompanhamento diário, no próprio domicílio, de idosos e pessoas com deficiência com alto nível de dependência. Fornecimento, de forma gratuita, de equipamentos de tecnologia assistiva como tablets e lupas eletrônicas para todas as pessoas com deficiência. Campanhas acessíveis de divulgação sobre os tipos de violência contra crianças e mulheres e sobre onde e como denunciar. Campanhas de saúde acessíveis, com audiodescrição, intérprete de Libras e linguagem simples. Acessibilidade arquitetônica das casas populares, para a garantia de moradia digna às pessoas com deficiência. Construção de centros de moradia independentes para pessoas com deficiência, com trabalhadores em horário integral para oferecer o apoio necessário. Criação do Programa Nacional do cão-guia, com a construção de centros de treinamento e garantia ao usuário da manutenção da saúde e bem-estar destes animais.

52. Transportes. Estatização completa do sistema de transportes em grande escala, sob o controle de Conselhos Popular: serão reestatizados portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. Para racionalizar o transporte de longa distância e de mercadorias, propomos modernizar e *dobrar a malha ferroviária e hidroviária nacional*, reduzindo o custo do transporte das mercadorias e racionalize os fluxos comerciais no interior do país. Para reverter o caos urbano na área dos transportes, o programa propõe o estímulo à encampação pública pelos municípios de todo o transporte de passageiros nas cidades, centralizando e renovando a estrutura de transporte, com a modernização e ampliação da frota de ônibus, a produção de veículos leves sobre trilhos, ampliação dos metrô, trens e barcas, especialmente nas grandes metrópoles, de forma a garantir, no médio prazo, a tarifa zero para toda a população.

53. Meio ambiente. Desenvolvimento de uma política ambiental para recuperar as florestas queimadas e devastadas, despoluição e revitalização dos rios, lagos e nascentes, mediante um programa de recuperação das matas ciliares e medidas para recuperar a navegabilidade dos grandes rios, além da recuperação dos solos degradados. Demarcação imediata de todas as terras indígenas, dos quilombolas e ribeirinhos. Defesa dos recursos naturais da biodiversidade da Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica, Cerrado e todos os biomas do país, bem como a construção de uma empresa pública para gerir e produzir de forma sustentável

bens e serviços ambientais se aproveitando da enorme biodiversidade do país. Proteção aos aquíferos em território brasileiro, como o Guarani e da Amazônia, e negociação com os países vizinhos para a utilização sustentável dessa imensa fonte de água. Será promovida a integração das políticas ambientais com as políticas industrial, de energia, de ciência e tecnologia, de educação, de agropecuária, de comércio exterior, de cidades e outras.

54. Serão reforçadas as ações voltadas para a redução das emissões de gases do efeito estufa, com a melhoria dos processos produtivos, o combate ao desmatamento, a promoção de ações de reflorestamento, de fortalecimento e ampliação das ações de coleta e reaproveitamento de resíduos sólidos (lixo). O fim dos “lixões” descobertos, a redução da escala da atividade pecuária, a redução da geração de energia pela queima de combustíveis fósseis e a promoção da geração de energia de fontes solar e eólica serão outras ações a serem promovidas. Serão expandidas as reservas florestais e as áreas de proteção ambiental atuais e serão criadas novas áreas. Será operada a revisão do Código Florestal, com ampliação das matas ciliares e da cobertura florestal. Será promovida a proteção e a recuperação de nascentes, de rios, lagos e fontes. Será promovida a proteção e a recuperação de manguezais, restingas e outros sistemas naturais. Será provido estímulo a programas de reciclagem de materiais, de reuso e de remanufatura de produtos. Serão promovidas restrições crescentes à produção e ao consumo de produtos descartáveis de plástico. Será operada implantação de taxa sobre emissões de gases poluentes e sobre e outros danos ambientais, como a contaminação dos solos e das águas. Serão reativados e reforçados os órgãos de fiscalização e controle ambiental.

55. Contra a militarização da sociedade. Pelo fim da criminalização dos movimentos sociais e populares. Será implementada a reformulação da concepção e da estrutura do sistema penitenciário, com a revisão da política de encarceramento para pequenos delitos, a criação de sistemas prisionais centrados no trabalho e na educação. Legalização das drogas e fim da guerra aos pobres. Profunda reforma nos currículos e na formação das forças armadas, inserindo-as numa lógica de atendimento aos interesses populares. Combate sistemático à tutela militar, submetendo-os à justiça comum. Abertura de todos os arquivos e restituição da comissão da verdade com amplos poderes judiciais contra os torturadores. Fim das bases estadunidenses no país e do emprego de militares brasileiros em forças armadas estrangeiras.

56. **Cultura.** O Brasil é um país que possui uma enorme diversidade cultural, resultado da mescla de cultura de vários povos que constituem a sociedade brasileira. Além disso, possui uma rede de comunicação integrada que cobre todo o país. No entanto, essa imensa potencialidade foi apropriada pelas classes dominantes e manipulada pelos meios de comunicação, que distorcem e alienam a cultura de massa difundida diariamente. O sistema capitalista brasileiro mercantilizou e elitizou a cultura e transformou a indústria cultural capitalista num instrumento de luta ideológica permanente para a defesa de seus interesses. A cultura popular ficou sufocada em pequenos núcleos de resistência nos bairros populares, em pequenos grupos nas cidades e a grande maioria da população é obrigada a consumir diariamente essa cultura alienante e manipulada cujo objetivo é perpetuar os privilégios e os interesses das classes dominantes. Para reverter essa conjuntura, propomos:

57. **Promover uma ampla política cultural** que abra espaço para a criatividade, experimentações e as mais diversas expressões artísticas e busque um resgate da cultura popular e de massas, de forma a envolver intelectuais, artistas, novos formadores e a juventude no desenvolvimento de uma cultura democrática, na qual todos possam ter acesso. Incentivar os jovens artistas a criar e expor sua criatividade cultural tanto nos bairros populares quanto nos locais tradicionais da cultura. Respalda a construção de um amplo movimento cultural com capacidade de inovar na estética e no panorama cultural brasileiro, buscando romper com os interesses dos monopólios dominantes nacionais e internacionais e com a mercantilização da cultura e das artes, visando construir uma cultura popular e

esteticamente revolucionária. Desenvolver uma política de construção em massa de espaços culturais nos bairros, como forma de garantir amplo acesso da população às artes e de incentivar a emergência de novos talentos culturais nas regiões populares.

58. Por uma nova ordem internacional. As últimas décadas foram marcadas pela agressividade do sistema imperialista, mediante as guerras contra países que se contrapunham aos interesses estadunidenses, sanções, chantagens e provocações contra várias nações, além da utilização das entidades multilaterais e das estruturas financeiras para sufocar as economias e render pela fome os países que não se dobram aos interesses do imperialismo. Essa velha ordem internacional está enfraquecida, mas ainda tem condições de influenciar as relações econômicas e políticas internacionais, muito embora esteja sendo minada e desestabilizada pela emergência de novas potências, especialmente pela China e Rússia. Para contribuir com a construção de uma nova ordem internacional, baseada na cooperação fraterna entre os trabalhadores de todo o mundo, defendemos a **autodeterminação dos povos, o internacionalismo proletário e o estabelecimento de relações internacionais mutuamente vantajosas.**

59. Tendo em vista seu peso econômico, geográfico e populacional, o Brasil tem condições de contribuir para a construção de uma nova ordem econômica internacional. Trabalharemos pela inserção soberana e independente do Brasil no mundo, com o fortalecimento de alianças anti-imperialistas e o realinhamento das relações comerciais e políticas internacionais, mediante o fortalecimento das relações sul-sul. Nesse sentido, o governo do Poder Popular vai desenvolver esforços diplomáticos, econômicos e políticos visando a construção de uma nova ordem internacional baseada no respeito à autodeterminação dos povos, numa relação econômica e comercial mutuamente vantajosa para todas as nações, com o fim dos bloqueios econômicos e sanções unilaterais determinadas pelos centros imperialistas. Garantia do direito de resistência dos povos diante do colonialismo, da opressão e da dominação estrangeira. Fortalecimento da integração entre os países da América Latina e Caribe, baseado no princípio do respeito mútuo, dos interesses comuns, da soberania, do comércio mutuamente vantajoso e dos espaços comuns e vínculos econômicos, sociais, culturais e de comunicação entre os povos da região. Apoio à classe trabalhadora dos países-membro da OTAN para que seus governos saiam dessa aliança militar-imperialista e repúdio a todas as ações da OTAN nos organismos internacionais. No longo prazo, lutamos pelo estabelecimento de um novo organismo internacional que articule as nações socialistas, estabelecendo relações diplomáticas, políticas e econômicas em pé de igualdade e na ajuda mútua.

60. Declaramos nossa solidariedade incondicional a Cuba socialista e aos povos que vem desenvolvendo processos de mudanças econômicas e sociais e luta pelo fim das agressões contra a Síria, o Iraque, bem como sanções e provocações contra a Coreia Popular, o Irã, Nicarágua e Venezuela. Declaramos nosso apoio à construção de um Estado palestino unitário na região hoje ocupada militarmente pelo *apartheid* sionista (um Estado democrático, popular, laico e multiétnico). Nossa solidariedade internacionalista deve incluir o apoio aos povos submetidos ao domínio colonial, em países como Guadalupe, Martinica, Nova Caledônia, entre outros, assim como a intransigente defesa contra a ocupação ilegal dos Estados Unidos sobre Porto Rico e do Reino de Marrocos sobre o Saara Ocidental, bem como o apoio incondicional aos movimentos de libertação nacional destes países.